

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**  
**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura**  
**e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a**  
**agricultura**

**Área Temática: Reforma Agrária**  
**Período de Análise: 01/06/2013 a 30/06/2013**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária:** Yohanan Barros

## **Índice**

<b>Criação de assentamentos no Mato Grosso do Sul é retomada pelo Incra</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 10/06/2013 .....	3
<b>A dança das cadeiras na Funai.</b> Henryo Trindade Barretto Filho – Site da Carta Maior, Política. 11/06/2013 .....	4
<b>Formas de agilizar ações de desenvolvimento em áreas de reforma agrária são discutidas na Paraíba</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 12/06/2013 .....	7
<b>Quilombolas de Kalunga do Mimoso recebem com festa a posse de áreas no Tocantins</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 14/06/2013.....	8
<b>Incra usa Cadastro Único na concessão de títulos da reforma agrária</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 14/06/2013.....	9
<b>Incra participa de encontro sobre políticas públicas para comunidades quilombolas em Santa Catarina</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 21/06/2013 .....	10
<b>Paraná suspende cadastramento de propriedades rurais.</b> Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 24/06/2013.....	11

## **Criação de assentamentos no Mato Grosso do Sul é retomada pelo Incra – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 10/06/2013**

Está protocolada na Justiça Federal de Mato Grosso do Sul a primeira ação judicial de desapropriação de terra no Estado, depois de três anos consecutivos de paralisação, por determinação judicial, da implantação de novos assentamentos. O protocolo aconteceu na sexta-feira última (7) e foi comemorado por líderes de movimentos sociais, na porta do prédio da Justiça Federal.

A suspensão existia desde 2009, quando a Operação Tellus, da Polícia Federal, que na ocasião desarticulou um esquema de compra e venda de terras que seriam voltadas a reforma agrária, na região Sul do Estado. No final de 2012, depois de trabalhar levantando a situação de lotes ocupados irregularmente na região, conforme orientação da Justiça, o Incra/MS recuperou a função de criar novos assentamentos.

Foram vistoriados 14 mil lotes, trabalho que acabou sendo estendido para os demais loteamentos do órgão, em todo o Estado, onde 30 mil famílias estão assentadas em 178 assentamentos. Segundo o superintendente do Incra/MS, Celso Cestari Pinheiro, já é possível incluir na lista, mais um assentamento, que é a desapropriação Fazenda Nazaré, localizada em Sidrolândia, com 2.400 hectares de área e disponibilidade para comportar 187 famílias de beneficiários. O proprietário do imóvel, Plínio Rocha, afirmou que "não há nenhuma objeção, tudo está acordado". O valor a ser pago pelo Incra/MS será de R\$ 16,4 milhões, recurso já depositado no dia 6 de junho de 2013, pelo Governo Federal.

O momento foi considerado muito importante pelo procurador especial do Incra/MS, Antônio Augusto Ribeiro, ressaltando que "depois de toda turbulência que nós passamos, o processo de assentamento dos trabalhadores rurais sem-terra é normalizado". A mesma observação foi feita pelos líderes Adão de Souza, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetagri) e José de Oliveira, coordenador do MST.

### *Estratégia*

Para o superintendente Celso Cestari a nova área rural está na rota de um plano estratégico, que compreende o preenchimento dos espaços vazios existentes na região Leste do Estado. "Em uma viagem rodoviária de Campo Grande até Três Lagoas, por exemplo, é possível ter uma ideia do vazio de um lado e de outro das rodovias. Estamos trabalhando nesse sentido, concentrando a formação de novos assentamentos nesse direção", disse.

Com relação aos projetos de assentamentos já implantados, comentou que estão sendo administrados sob uma nova visão. "Nós estamos prontos para assentar as famílias, e simultaneamente entrar com a assistência técnica. O trabalhador, dessa forma, reduz muito o tempo na produção para a subsistência e comercialização, entre outras inovações que estão no Plano Operacional do Incra/MS".

Com esse plano o Incra/MS vai acelerar a liberação dos créditos iniciais, licitar mais obras de infraestrutura – como de rede de abastecimento de água, estradas internas –, e viabilizar a construção de moradias pelo programa Minha Casa Minha Vida Rural, entre outras ações.

---

### **A dança das cadeiras na Funai. Henyo Trindade Barretto Filho – Site da Carta Maior, Política. 11/06/2013**

*A recente exoneração da presidente da Fundação, a antropóloga e demógrafa Marta Azevedo, mostra a luta em torno da destinação das terras públicas no Brasil*

Para quem acompanha a política indigenista, a recente exoneração a pedido, por motivo de saúde, da antropóloga e demógrafa Marta Azevedo da Presidência da Funai, não deveria surpreender. Ao longo dos seus quase 46 anos de existência, a Funai teve 34 presidentes, contando os interinos. É um presidente a cada um ano e quatro meses aproximadamente.

Uma ONG chegou a cunhar a expressão “galeria da crise permanente” para se referir à galeria dos presidentes da Funai. Nos oito anos dos dois mandatos de FHC foram nove presidentes. Lula quebrou essa tendência ao ter apenas três presidentes em oito anos, dois dos quais os mais longevos nessa função. Já a presidenta Dilma caminha para a terceira presidente em menos de três anos de mandato, que, assumindo como interina no lugar de Marta Azevedo, já sinaliza a retomada do ritmo da “galeria da crise permanente”, se aproximando da média nada honrosa de FHC.

É óbvio que a troca de comando da Funai não é, em si mesma, expressiva – ainda mais quando se dá por motivo de força maior. Não obstante, o fato da alternância de comando se dar nessa cadência ao longo de quase toda a história do órgão – fenômeno de que nos damos conta quando se observam quebras nesse ritmo – é um indicador significativo da instabilidade institucional que marca a política indigenista e seu lugar relativamente subalterno em sucessivos governos – não importa quão populares, inclusivos e democráticos se pintem. Outros números e estatísticas são ainda mais significativos, pois permitem observar e correlacionar dimensões não necessariamente visíveis na dança das cadeiras de comando.

Veja-se, por exemplo, o ritmo – no geral – decrescente de reconhecimento de Terras Indígenas (TIs) nos sucessivos governos “democráticos” (tabela a seguir).

Demarcações Terras Indígenas nos últimos governos no Brasil

	TIs Declaradas		TIs Homologadas	
Presidente	Nº*	Extensão*	Nº*	Extensão*
Dilma Rousseff (2011-2012)	05	18.461	10	972.149

Lula (2007-2010)	51	3.008.845	21	7.726.053
Lula (2003-2006)	30	10.282.816	66	11.059.713
FHC (1999-2002)	60	9.033.678	31	9.699.936
FHC (1995-1998)	58	26.922.172	114	31.526.966
Itamar Franco (1992-1994)	39	7.241.711	16	5.432.437
Fernando Collor (1990-1992)	58	25.794.263	112	26.405.219
José Sarney (1985-1990)	39	9.786.170	67	14.370.486

*Fonte: Instituto Socioambiental, abril de 2013*

*\* As colunas não devem ser somadas, pois várias terras homologadas em um governo foram redefinidas e novamente homologadas em outro.*

Se somarmos os dados da tabela acima com outros de igual teor para o atual governo – quais sejam, o de que nenhuma unidade de conservação federal foi criada na Amazônia Legal no governo Dilma, que titulou apenas 632 hectares de terras de quilombos (contra cerca de 60 mil hectares nos dois mandatos do governo Lula, segundo dados oficiais do Incra) e assentou por meio do Incra o menor número de famílias registrado desde 1996 – o quadro se completa e fica mais inteligível: estamos diante da maior paralisia dos procedimentos administrativos de destinação e reconhecimento de terras públicas de que se tem notícia nos últimos 25 anos.

Essa inércia em relação à proteção e gestão das terras públicas, em geral, e ao reconhecimento dos direitos territoriais indígenas e de outros grupos, em particular, parece estar articulada a um conjunto de outras estratégias conduzidas em várias frentes por distintos atores sociais que conformam a base de sustentação política do governo: no Legislativo, pela tramitação de proposições (de projetos de lei a propostas de emenda à constituição) que visam extinguir, ou reduzir áreas protegidas, ou flexibilizar suas figuras jurídicas, desconstruir os direitos territoriais de indígenas e quilombolas, e liberalizar a exploração de recursos naturais nas TIs (seja viabilizando a mineração nestas, seja tornando possível a posse indireta destas a produtores rurais na forma de concessão); na interface entre o Executivo e o Legislativo, alterando todo o procedimento de demarcação das TIs e fragilizando as normas relativas ao licenciamento ambiental de grandes obras de infraestrutura; e no Judiciário, por meio de ações judiciais que buscam, ou arguir a constitucionalidade da legislação em torno dos direitos territoriais indígenas e de povos e comunidades tradicionais, ou construir interpretações restritivas aos direitos coletivos e difusos – entre outras medidas em outras frentes. Nas palavras do professor titular do Museu Nacional da UFRJ, João Pacheco de Oliveira, estamos diante da maior e mais violenta ofensiva contra a política indigenista da história – “um fato realmente inédito na história do País”.

Não se tratam, necessariamente, de medidas de má fé, ou de meros deslizes ligados às externalidades negativas de opções políticas e econômicas conjunturais; mas, sim, de desdobramentos gramaticais à atual arquitetura hegemônica da política e da economia do país. Vítima do delírio de crescer economicamente a taxas chinesas e almejando ampliar o superávit primário por meio da exportação de commodities de baixo input tecnológico e superar os entraves de infraestrutura logística ao crescimento de tais exportações – entre outras orientações macroeconômicas; o governo tornou-se refém político do modelo convencional de expansão do agronegócio (altamente demandante de terras e recursos naturais, e socialmente excludente) e do lobby de grandes conglomerados empresariais de infraestrutura, energia e mineração – que atuam simultânea e indistintamente nos três vértices da Praça dos Três Poderes. A primarização da economia brasileira e os sinais de aparente desindustrialização são as expressões mais evidentes dessas orientações, que se traduzem, por sua vez, na importância do agronegócio na manutenção do “PIBinho” [sic].

Considerando que o atual modelo de expansão do agronegócio se assemelha a um "Pacman" de terras e recursos naturais, não surpreende que seus representantes se esforcem para ampliar a oferta de terra barata. A estratégia, agora, tem sido abrir áreas hoje protegidas (TIs, territórios quilombolas, UCs) aos seus interesses econômicos, ou tirá-las do caminho, quando entendidas como entraves à sua consolidação e/ou expansão. Se sentindo rejuvenescidos com o bem sucedido desmonte do Código Florestal, os setores politicamente mais ativos do agronegócio, articulam-se agora para investir sobre o butim das terras públicas – ofensiva que se materializa, como relatado, em várias estratégias e frentes.

Uma destas é a frente midiática e comunicacional. A ofensiva aí se dá por meio da ressurreição de velhos, porém sempre disponíveis, preconceitos em relação aos povos e comunidades que tradicionalmente ocupam essas terras (usualmente tratados como massa de manobra manipulada, sem vontade própria) e da desqualificação das expertises nas quais se assenta o reconhecimento dos direitos territoriais desses grupos, entre as quais, a Antropologia (vista não como uma disciplina científica com conceitos e métodos próprios, mas como uma expressão subjetiva de opiniões). Trata-se de um trabalho diuturno de deslegitimação dos procedimentos de reconhecimento de direitos territoriais (no caso, a demarcação de TIs e a titulação de territórios quilombolas), dos seus beneficiários (povos indígenas e comunidades tradicionais) e dos técnicos (da Funai, mas também de outros órgãos, e eventuais colaboradores) que os conduzem, usando para isso todos os meios disponíveis aos detentores do monopólio da violência simbólica legítima e das grandes corporações de comunicação.

Assim sendo, o contexto atual traz ingredientes novos para se entender as mudanças de comando nos órgãos responsáveis pela gestão do que resta do patrimônio de terras públicas e de territórios étnicos do País, e de seus recursos naturais – entre os quais está a Funai. À sua instabilidade administrativa crônica, resultante do lugar convencionalmente subalterno dessa agenda, deve se agregar o quadro – aqui brevemente traçado – de uma investida sem precedentes sobre tais terras, territórios e

recursos no Brasil, e da disputa feroz em torno dos mesmos. De um lado, o governo parece renunciar paulatinamente à obrigação constitucional de proteção dos direitos difusos e das minorias – renúncia esta ancorada na arquitetura político-econômica hegemônica, na investida sobre os direitos territoriais e em uma concepção de País baseada no desprezo pela natureza e pela diversidade.

De outro, os movimentos sociais e os indígenas, em especial, têm respondido por meio das estratégias que se encontram ao seu alcance, a depender dos contextos dos conflitos e dos objetivos em jogo nestes: retomadas de terras ancestrais, ocupações de canteiros de obras e prédios públicos, e ações de desobediência civil (como a resistência a mandatos judiciais de reintegração de posse) – entre outras. Isso ajuda a entender os números levantados pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), de 560 índios assassinados no Brasil nos dez anos de governos Lula e Dilma (praticamente um por semana) – um crescimento de 168,3% em relação à média, que já não era honrosa, dos oito anos de FHC.

Em meio a esse cenário, fica-nos (para mim e para vocês leitores) a pergunta: a que determinações respondem (a serviço do quê e de quem se dão) as mudanças de comando nos órgãos responsáveis pela gestão das terras públicas no País?

---

### **Formas de agilizar ações de desenvolvimento em áreas de reforma agrária são discutidas na Paraíba – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 12/06/2013**

Cerca de 40 servidores do Incra na Paraíba e representantes das cinco entidades que prestam assistência técnica em assentamentos geridos pela autarquia no estado participaram, nesta terça e quarta-feiras (11 e 12), de uma oficina para discutir nova forma de implementação das ações do Instituto nos assentamentos paraibanos. Promovido pela Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento da superintendência regional do Incra, o evento foi realizado em Lagoa Seca, a 130 quilômetros de João Pessoa.

De acordo com o superintendente do Incra/PB, Cleofas Ferreira Caju, serão criadas equipes intersetoriais para orientar, monitorar, supervisionar e fiscalizar os trabalhos executados pelas entidades de assistência técnica, os processos de concessão de créditos aos assentados e as ações de infraestrutura do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) e do programa Terra Sol. O acompanhamento dos serviços de supervisão ocupacional dos lotes, de titulação e de topografia também está previsto.

Os grupos, que serão formados por três servidores cada, atuarão em nove regiões da Paraíba: Zona da Mata Sul, Zona da Mata Norte, Brejo, Borborema, Cariri, Curimataú, Médio Sertão I, Médio Sertão II e Alto Sertão. O superintendente ressalta que a nova

metodologia permitirá a um mesmo grupo de servidores apresentar soluções para variadas demandas dos assentamentos relacionadas à Divisão de Desenvolvimento.

“Com a fusão das equipes que atuam com ações de desenvolvimento vamos garantir uma melhor gestão do Incra nos assentamentos, aumentando a capacidade administrativa do Instituto nas áreas e a agilidade com que são atendidas as demandas apresentadas pelos assentados”, afirmou Caju.

Para o chefe da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do Incra/PB, Marcos Faro Eloy Dunda, a nova metodologia de trabalho permitirá, através da gestão por lotes, a execução coordenada das ações planejadas e a criação de mapas de oportunidades e valores para cada assentamento, com foco nos grupos de interesse. “A formação de equipes intersetoriais vai possibilitar a avaliação permanentemente dos indicadores econômicos, sociais e ambientais dos assentamentos, assim como favorecer a construção de parcerias para o atendimento das demandas”, disse.

### *Programação*

No primeiro dia do encontro os participantes discutiram a concepção de interdisciplinaridade no monitoramento do desenvolvimento dos assentamentos e os desafios na implementação das ações de desenvolvimento nessas áreas. Foram iniciados, ainda, o planejamento dos núcleos de desenvolvimento territorial e a avaliação do fluxo de trabalho na lógica multisetorial.

No segundo dia da oficina foi aberto espaço para discussões sobre a sistemática de gestão das ações e contratos, além do estabelecimento de metas individuais e coletivas de avaliação. O evento foi encerrado com a construção do plano de ação das equipes de gestão de áreas e a definição do cronograma de trabalho.

---

### **Quilombolas de Kalunga do Mimoso recebem com festa a posse de áreas no Tocantins – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 14/06/2013**

A comunidade Kalunga do Mimoso recebeu com festa a posse das primeiras áreas desapropriadas para implantação do território quilombola, localizado nos municípios de Arraias e Paranã, região sudeste do Tocantins. A imissão de posse coletiva das terras para a comunidade de remanescentes de quilombolas foi realizada em 13 de junho, dia de Santo Antônio, padroeiro da comunidade, com apresentações da folia de santo.

Esta foi a primeira comunidade a receber a posse de áreas desapropriadas para a regularização de territórios quilombolas no estado. A decisão judicial, que concedeu ao Incra os imóveis rurais Areia, Buriti, Galiléia e Santa Tereza, beneficiará mais de 250 famílias com 7.056 hectares. A medida garante o direito à terra e o acesso a recursos públicos para investimentos em infraestrutura e produção, representando possibilidade de melhoria de vida.



Para o presidente da Associação Quilombola Kalunga do Mimoso, Emílio dos Santos Rosa, é uma conquista importante, pois agora eles serão os legítimos donos das terras ocupadas há quase 250 anos pelos descendentes do antigo quilombo. "Foram anos de lutas, perseguição e muito sofrimento. Hoje, estamos felizes, pois agora começa de fato o nosso direito à terra."

Aos 85 anos, Sabino dos Santos Rosa disse que a data será sempre lembrada pela comunidade, já que a posse das áreas desapropriadas pelo Incra vai assegurar a sobrevivência do grupo e a manutenção de tradições culturais, como as folias de santo. "Nasci nessas terras e estou alegre porque os mais jovens podem continuar aqui com segurança e tranquilidade."

#### *Novas ações*

O Território Kalunga do Mimoso tem área reconhecida de 57.465 hectares e os imóveis desapropriados foram as primeiras terras destinadas à comunidade. O Incra ajuizará novas ações para desapropriar mais 12 propriedades rurais, com área total superior a 15 mil hectares, a fim de promover o processo de regularização do território.

Após as desapropriações, o passo final é a emissão do título coletivo, que é inalienável, indivisível, intransferível e imprescritível, para assegurar a posse definitiva das terras à comunidade Kalunga do Mimoso.

---

### **Incra usa Cadastro Único na concessão de títulos da reforma agrária – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 14/06/2013**

*Parceria entre o MDS e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária amplia apoio das políticas sociais à população pobre do campo*

*Brasília, 14* – A inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal conta ponto para que a família tenha prioridade na concessão de uso ou de domínio da terra, segundo a coordenadora-geral de Apoio à Integração de Ações da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Denise Direito. A medida, resultado de parceria entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o MDS, tem a finalidade de ampliar a articulação das políticas sociais voltadas à população pobre.

Cerca de 15 programas usam o Cadastro Único para seleção de beneficiários, a exemplo do Bolsa Família, do próprio MDS, e do Bolsa Verde, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente. No caso da parceria com o Incra, o cadastramento está sendo usado desde janeiro deste ano. "Com esse trabalho integrado, reforçamos a busca ativa desse público, e o Incra tem à disposição os dados do Cadastro Único, como escolaridade dos beneficiários, o perfil de renda e outras informações atualizadas a cada dois anos", diz Denise Direito.

Outro benefício destinado aos inscritos no Cadastro Único é a redução de taxas de juros para a contratação de financiamento, usados na aquisição de imóvel rural (Fundo de

Terras e da Reforma Agrária). Desde abril, os beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário, que estão cadastrados, têm taxas de juros de 0,5% ao ano.

Levantamento do MDS aponta que 25,3 milhões de famílias estavam no Cadastro Único, em março de 2013. Desse total, 23 milhões têm renda per capita de até meio salário, público alvo de ações como a Tarifa Social de Energia Elétrica e isenção da taxa de inscrição para concursos públicos federais.

Famílias acampadas cadastradas somam 3.130. Os MDS, o Incra e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) programaram mutirões de cadastramento e atualização de dados tanto em acampamentos como em assentamentos recém-instituídos. Denise Direito acredita que, dessa forma, o MDS e o Incra terão maior visibilidade e conhecimento desse grupo populacional.

---

### **Incra participa de encontro sobre políticas públicas para comunidades quilombolas em Santa Catarina – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 21/06/2013**

Representantes do Incra em Santa Catarina intermediaram debates durante oficinas de trabalho e seminário em Florianópolis que abordaram diferentes reivindicações para a comunidade negra e, especificamente, para remanescentes de quilombos do estado. Os eventos, realizados nesta quinta-feira (20), na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, reuniram lideranças de comunidades quilombolas, movimentos sociais e representantes de órgãos públicos.

O Incra é responsável pela regularização desses territórios dentro do Programa Brasil Quilombola e, pela proximidade com as comunidades, também atua como interlocutor junto a outros órgãos para que as políticas públicas cheguem a esta população.

“É importante buscarmos não somente a regularização dos territórios, mas também garantir que as comunidades tenham acesso a infraestrutura, saúde, educação e a formas de sustento”, afirma o superintendente do Incra em Santa Catarina, José dos Santos, que participou do encontro junto com seu substituto, Fernando Souza.

A convite da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), os participantes se reuniram pela manhã e à tarde para tratar de estratégias voltadas à efetiva implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e do Programa Brasil Quilombola.

Além do Incra, estiveram presentes representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

*Educação diferenciada*

O respeito à cultura negra, sua história e manifestações religiosas em Santa Catarina permeou todo o encontro. Tal reivindicação também faz com que os movimentos interajam com os órgãos públicos responsáveis pela educação para que sejam implementados currículos específicos nas comunidades. Com base nessa ideia, surgiu a proposta do curso superior de Licenciatura Quilombola, apresentada pelo Movimento Negro Unificado e pelo Coletivo de Professores das Comunidades Quilombolas de Santa Catarina aos membros da UFSC.

A proposta, acatada pela universidade, está em fase de elaboração da ementa do curso. Posteriormente será encaminhada ao Ministério da Educação para aprovação. O curso é voltado à formação de professores para atuar no ambiente escolar de forma a valorizar a cultura afro-brasileira e os conhecimentos tradicionais quilombolas, estimulando a reflexão e integrando escolas e comunidades.

---

### **Paraná suspende cadastramento de propriedades rurais. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 24/06/2013**

SÃO PAULO - O governo do Paraná prorrogou por tempo indeterminado a suspensão da obrigatoriedade de cadastramento das propriedades rurais do Estado no Sistema de Manutenção, Recuperação e proteção da Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente (Sisleg). Segundo as autoridades ambientais do Estado, a suspensão foi necessária já que o governo federal ainda não regulamentou o novo Código Florestal brasileiro, que criou o conceito de Cadastro Ambiental Rural (CAR) federal. Até então, iniciativas similares de cadastramento - necessário para a obtenção de licenças ambientais - se limitavam a alguns Estados.

“Sem a assinatura do decreto que instituiu o novo código, o cadastramento dos imóveis rurais teve de ser suspenso, já que ele atendia à regras antigas”, diz o Instituto Ambiental do Paraná (IAP). “Não podemos continuar cadastrando propriedades de acordo com regras que caíram - e ao mesmo tempo não temos a lei regulamentada para fazer os ajustes”. Um exemplo de diferença entre os dois textos é a possibilidade que de se somar, agora, a vegetação de reserva legal à áreas de preservação permanente.

A medida paranaense consta na Resolução Conjunta nº 005/2013, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e do IAP, publicada na sexta-feira. Ela atende ao pleito da Ocepar (Sindicato e Organização das Cooperativas do Paraná), Faep (Federação da Agricultura do Estado do Paraná) e Fetaep (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná), que encaminharam ofício ao presidente do IAP, Luiz Tarcísio Mossato Pinto, solicitando que a suspensão do Sisleg.

O Paraná também aguarda a regulamentação do novo Código Florestal para desengavetar um projeto de compensação financeira a produtores rurais já cadastrados e que teriam “excesso” de cobertura vegetal, segundo a nova legislação. Conforme o IAP, o pagamento pelos serviços ambientais daqueles que não desmataram já está estruturado

e aprovado. “É um incentivo para que esses produtores não se valham da nova lei para desmatar mais”, diz o órgão.

O decreto que instituiu o novo Código Florestal continua na Casa Civil.

---

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,  
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,  
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,  
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

**Assistentes de Pesquisa**

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**

Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: [www.ufrj.br/cpda/oppa](http://www.ufrj.br/cpda/oppa)